

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

RAÍZES DO BRASIL

26ª edição

COMPANHIA DAS LETRAS



Prof. Gene Lima

p. 169 - 0 - 188

Copyright © 1936, 1947, 1955 by Sérgio Buarque de Holanda
Copyright © 1995 by Espólio de Sérgio Buarque de Holanda
Copyright de "O significado de *Raízes do Brasil*" © 1967 by Antonio Candido
Copyright de "Post-scriptum" © 1986 by Antonio Candido
Copyright de "Raízes do Brasil e depois" © 1995 by Eivaldo Cabral de Mello

Capa:
Victor Burton

sobre *Abaporu*, óleo sobre tela de Tarsila do Amaral, 1928, 85 x 73 cm,
coleção Raul de Souza Dantas Forbes, São Paulo

Preparação:

Marcos Luiz Fernandes

Revisão:

Otacílio Nunes Júnior

Carlos Alberto Inada

*Agradecemos a Raul Forbes
a gentil cessão dos direitos de reprodução
da ilustração da capa*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982.

Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda. —
26. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

ISBN 85-7164-448-9

1. Brasil — Civilização I. Título.

95-0671

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

I. Brasil : Cultura : Civilização: História 981

1995

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Tupi, 522
01233-000 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 826-1822
Fax: (011) 826-5523

SUMÁRIO

O significado de <i>Raízes do Brasil</i> (Antonio Candido)	9
Post-Scriptum (Antonio Candido)	23
Prefácio da 2ª edição	25
Nota da 3ª edição	27
RAÍZES DO BRASIL	
1 FRONTEIRAS DA EUROPA	29
Mundo novo e velha civilização — Personalismo exagerado e suas consequências: tibieza do espírito de organização, da solidariedade, dos privilégios hereditários — Falta de coesão na vida social — A volta à tradição, um artifício — Sentimento de irracionalidade específica dos privilégios e das hierarquias — Em que sentido anteciparam os povos ibéricos a mentalidade moderna — O trabalho manual e mecânico, inimigo da personalidade — A obediência como fundamento de disciplina	
2 TRABALHO & AVENTURA	41
Portugal e a colonização das terras tropicais — Dois princípios que regulam diversamente as atividades dos homens — Plasticidade social dos portugueses — Civilização agrícola? — Carência de orgulho racial — O labéu associado aos trabalhos vis — Organização do artesanato; sua relativa debilidade na América portuguesa — Incapacidade de livre e duradoura associação — A "moral das senzalas" e sua influência — Malogro da experiência holandesa	
Nota ao capítulo 2: Persistência da lavoura de tipo predatório	66

3	HERANÇA RURAL.....	71
	A Abolição: marco divisorio entre duas épocas — Incom-	
	patibilidade do trabalho escravo com a civilização burgue-	
	sa e o capitalismo moderno — Da Lei Eusébio à crise de	
	64. O caso de Mauá — Patriarcalismo e espírito de facção	
	— Causas da posição suprema conferida às virtudes da ima-	
	ginação e da inteligência — Cairu e suas idéias — Decoro	
	aristocrático — Ditadura dos domínios agrários — Con-	
	traste entre a pujança das terras de lavoura e a mesquinhez	
	das cidades na era colonial	
4	O SEMEADOR E O LADRILHADOR.....	93
	A fundação de cidades como instrumento de dominação —	
	Zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da li-	
	nha reta — Marinha e interior — A rotina contra a razão	
	abstrata. O espírito da expansão portuguesa. A nobreza no-	
	va do Quinhentos — O realismo lusitano — Papel da Igreja	
	Notas ao capítulo 4:	
	1. Vida intelectual na América espanhola e no Brasil.	119
	2. A língua-geral em São Paulo	122
	3. Aversão às virtudes econômicas	133
	4. Natureza e arte	137
5	O HOMEM CORDIAL.....	139
	Anígonia e Creonte — Pedagogia moderna e as virtudes	
	antifamiliares — Patrimonialismo — O "homem cordial"	
	— Aversão aos ritualismos: como se manifesta ela na vida	
	social, na linguagem, nos negócios — A religião e a exalta-	
	ção dos valores cordiais	
6	NOVOS TEMPOS	153
	<i>Finitis operantis</i> — O sentido do bacharelismo — Como se	
	pode explicar o bom êxito dos positivistas — As origens	
	da democracia no Brasil: um mal-entendido — Eros e Eros.	
	Nossos românticos — Apego bizantino aos livros — A mi-	
	ragem da alfabetização — O desencanto da realidade	
7	NOSSA REVOLUÇÃO	169
	As agitações políticas na América Latina — Iberismo e ame-	
	ricanismo — Do senhor de engenho ao fazendeiro — O apa-	

	relhecimento do Estado no Brasil — Política e sociedade —	
	O caudilhismo e seu avesso — Uma revolução vertical —	
	<u>As oligarquias</u> : prolongamentos do personalismo no espa-	
	ço e no tempo — A democracia e a formação nacional —	
	As novas diademas — Perspectivas	
	Postfácio: <i>Raízes do Brasil</i> e depois (<i>Eivaldo Cabral de Mel-</i>	
	<i>lo</i>)	189
	Notas	195
	Índice remissivo	209

NOSSA REVOLUÇÃO

- *As agitações políticas na América Latina*
- *Iberismo e americanismo*
- *Do senhor de engenho ao fazendeiro*
- *O aparelhamento do Estado no Brasil*
- *Política e sociedade*
- *O caudilhismo e seu avesso*
- *Uma revolução vertical*
- *As oligarquias: prolongamentos do personalismo no espaço e no tempo*
- *A democracia e a formação nacional*
- *As novas diademas*
- *Perspectivas*

Indice Livro de 28185, para Verificar

28185, para Verificar

Indice Livro de 28185, para Verificar

Indice Livro de 28185, para Verificar

Indice Livro de 28185, para Verificar

Indice Livro de 28185, para Verificar

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros (uma revolução lenta) mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processa-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram freqüentemente em seu zelo, minucioso e fácil, de compear as transformações exteriores da existência dos povos. Perto dessa revolução, a maioria de nossas agitações do período republicano, como as suas similares das nações da América espanhola, parecem simples desvios na trajetória da vida política legal do Estado comparáveis a essas antigas "revoluções palacianas", tão familiares aos conhecedores da história europeia.

Houve quem observasse, e talvez com justiça, que tais movimentos, no fundo, têm o mesmo sentido e a mesma utilidade das eleições presidenciais na América do Norte; o abalo por eles produzido na sociedade não deve ser mais profundo do que o resultante destas. "Segundo todas as probabilidades", refere um autor norte-americano, "essas revoluções não prejudicam mais aos negócios do que os nossos pleitos presidenciais dos Estados Unidos, nem custam tão caro".¹

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcio-

nar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o deslance final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que cristimamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério. No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se, apesar do que têm dito em contrário estudiosos eminentes, entre outros o sr. Oliveira Vianna. No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do "americanismo", que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente. "Na atividade americana o sangue é quimicamente reduzido pelos nervos", disse um dos poetas mais singulares de nosso tempo.²

É deliberadamente que se frisa aqui o declínio dos centros de produção agrária como o fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influên-

cia dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em *colônias* das cidades. Se fatores especiais favorecerem o primeiro desses movimentos, não há dúvida que ele só se acen- tuou definitivamente com a perda de resistência do agrarismo, antes soberano, e, depois, com o definhamento das condições que estimularam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma.

É interessante notar que o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais coincidiu, de modo geral, com a diminuição da importância da lavoura do açúcar, durante a primeira metade do século passado, e sua substituição pela do café. A existência, por um lado, de tipos de produção colonial tendentes a incentivar a estratificação da sociedade, com a formação de aristocracias, e, por outro, de tipos que atuam no sentido de um maior nivelamento foi observada, no Brasil, por H. Handelmann, precisamente a propósito desses dois produtos.

Do caféiro, chegou a dizer esse historiador que é uma "planta democrática" em comparação com a cana e mesmo com o algodoeiro. Seu cultivo — afirma — não exige tamanha extensão de terreno nem tamanho dispêndio de capitais; o parcelamento da propriedade e a redução dos latifúndios operam-se mais facilmente com sua difusão, tudo isso contribuindo para o bem geral.³

Redigida em meados do século XIX, essa observação parece refletir condições de uma época em que a lavoura cafeeira ainda não alcançara uma preponderância absorvente em nossa economia agrária. A verdade é que, pelo menos na província do Rio de Janeiro, e em geral no vale do Paraíba, as fazendas de café seguiram quase sempre à risca os moldes tradicionais da lavoura açucareira, constituindo cada qual uma unidade tanto quanto possível suficiente. A formação e sustentação de semelhantes propriedades exigiam, por força, grandes capitais, que não se encontravam ao alcance de qualquer mão. E o parcelamento nunca se fez em escala apreciável, salvo onde o esgotamento dos solos tornava pouco remuneradora sua utilização.⁴

É particularmente no Oeste da província de São Paulo — o Oeste de 1840, não o de 1940 — que os cafezais adquiriram seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas

desde os tempos coloniais no modelo clássico de lavoura canavieira e do "engenho" de açúcar. A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição — da rotina — rural. A terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural.

Cumprir relacionar esse fenômeno, até certo ponto, com a carência de braços, já que os efeitos da extinção do tráfico negreiro correspondem cronologicamente à maior expansão da lavoura do café. Sabemos que, na província do Rio de Janeiro, por volta de 1884, um escravo era forçado, em regra, a tratar de cerca de 7 mil cafeeiros, ao passo que anteriormente teria ao seu cargo no máximo 4,5 mil ou 5 mil pés, sobrando-lhe tempo, assim, para se ocupar da conservação dos caminhos e também das plantações de milho, feijão, mandioca, arroz e batata-doce. E como sucede tão freqüentemente nestes casos, o café, absorvendo a maioria dos braços disponíveis, tornou-se não só a fonte de riqueza mais ponderável das regiões produtoras, como também, e cada vez mais, a única verdadeiramente dignificante. Explica-se, por esse motivo, a designação de *quilandeiros*, dada desdenhosamente aos lavradores que se dedicavam a plantar e a vender aqueles mantimentos ainda quando obtivessem grandes lucros do negócio.⁵

Por outro lado, a perspectiva dos inauditos cabedais que proporcionava, já nos seus primeiros tempos, a lavoura cafeeira consistia por si só uma razão decisiva para que os fazendeiros tivessem em mira ampliar continuamente as plantações, desprezando tudo quanto distraísse a mão-de-obra do principal objeto de seus cuidados. Em São Paulo, e já em 1858, o fato suscitara comentários de José Manuel da Fonseca no Senado do Império: "A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café tem concorrido também ali em São Paulo para o encarecimento dos gêneros alimentícios. Na Casa há alguns nobres senadores que têm engenhos de açúcar; apelo para seu testemunho. Quando o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo

preparo da terra para a cana; e a limpa aproveitava a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são mui férteis, quando seu cultivo era a cana, e em outros municípios que abasteciam a capital e outros pontos de gêneros alimentícios. Entretanto todo esse município de Campinas, e outros, estão hoje cobertos de café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura de gêneros alimentícios, salvo no começo, quando novo; mas quando crescido, nada mais se pode plantar, e mesmo a terra fica improdutiva para os gêneros alimentícios, talvez para sempre, salvo depois de um pouso de imensos anos".⁶

Essas circunstâncias e mais o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, que procuravam de preferência as zonas produtoras de café, iriam acentuar e facilitar a relação de dependência entre essas áreas rurais e as cidades. Simplificando-se a produção, aumentou, por conseguinte, a necessidade do recurso aos centros urbanos distribuidores dos mantimentos, que outrora se criavam no próprio lugar. O resultado é que o domínio agrário deixava, aos poucos, de ser uma baromia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial. É quando muito nesse sentido que se poderá falar do café como de uma "planta democrática", para usar das expressões de Handelman. O fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo cidadão, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio. As receitas de bem produzir não se herdavam pela tradição e pelo convívio, através de gerações sucessivas, com as terras de plantio, mas são aprendidas, por vezes, nas escolas e nos livros.

É compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado. Aqui a evolução para o predomínio urbano fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação de grandes proporções. Nos estados do Norte, onde a baixa dos preços do açúcar no mercado mundial já tinha acarretado uma situação que o 13 de Maio veio apenas referendar, nada compensaria a catástrofe agrária. Aos barões do açúcar não restava, com a desagregação dos seus domínios, senão conformarem-se às novas condições de vida. Um romancista nordestino, o sr. José Lins do Rego, fixou em episódios significativos

a evolução crítica que ali também, por sua vez, vai arruinando os velhos hábitos patriarcais, mantidos até aqui pela inércia; hábitos que o meio não só já deixou de estimular, como principia a condenar irremediavelmente. O desaparecimento do velho engenho, enegolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução.

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico do que da estrutura em que este assentava e que desapareceu para sempre. A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo.

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como reliquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das consequências de tal situação.

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio —, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude de suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro reali-

zou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a ideia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal ideia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que "as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a Guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco *por vontade própria*".⁷

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaldecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. "A separação da política e da vida social", dizia, "atingiu, em nossa pátria, o máximo

de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições.¹⁷⁸

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo energético sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos absolutos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos pri-

mitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação dessa regularidade tem qual-quer coisa de ominoso. Mais tarde essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos, e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destina a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico.

Nesse erro se aconselharam os políticos e demagogos que chamam atenção freqüentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos.

Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que presidiu toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles européias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas consequências radicais alguns daqueles princípios. Não é, pois, de estranhar, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano.

O Uruguai batulista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja, o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos seus governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento.

Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o "caudilhismo" muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias

a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negatva, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação. — negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.

Escrevendo há sessenta anos, com intuição verdadeiramente divinatória, um naturalista norte-americano pôde anunciar, em forma de aspiração, o que não está longe, talvez, de constituir realidade. Coloridas, por vezes, desse progressismo otimista que foi característica suprema de seu século e de seu país, as palavras de Herbert Smith representam, não obstante, um convite, mais do que um me-

ro devaneio, e merecem, por isso, ser meditadas. “De uma revolução”, dizia, “é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes.”

De que maneira se efetuará essa revolução? “Espero”, respondeu Smith, “que, quando vier, venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expliando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas raízes. Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura. Não ouse afirmar que, como classes, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. A verdade é que são ignorantes, sujos e grosseiros; nada mais evidente para qualquer estrangeiro que os visite. Mas o trabalho dá-lhes boa tempera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes. Fisicamente, não há dúvida que os melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades.” *Smith e P. 179*

É inevitável pensar que os acontecimentos dos últimos decênios, em vários países da América Latina, se orientam francamente nesse sentido. Mais patente nas terras onde prevaleceu maior estratificação social — no México, apesar de hesitações e intermitências, desde 1917, no Chile desde 1925^o —, parece certo, contudo, que o movimento não é puramente circunstancial ou local, mas se desenvolve, ao contrário, com a coerência de um programa previamente traçado.¹⁰

Contra sua cabal realização é provável que se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas. Essa resistência poderá, segundo seu grau de intensidade, manifestar-se em certas expansões de fundo sentimental e místico limitadas ao campo literário, ou pouco mais. Não é impossível, porém, que se traduza diretamente em formas de expressão social capazes de restringir ou comprometer as esferanças de qualquer transformação profunda.

Uma reação dessa Ordem encontraria apoio firme em certa mentalidade criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico, e que o próprio espírito legislativo dos nossos políticos do Segundo Reinado e da Primeira República não conseguiu modificar: quando muito manteve-se à margem dos fatos, exacerbando mesmo, pelo contraste, as forças que queria neutralizar. Tal mentalidade, dentro ou fora do sistema liberal, exige que, por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso. As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão.

“Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”: o dito célebre de Holanda Cavalcanti reflete a verdade, de todos sabida, acerca da semelhança fundamental dos dois grandes partidos do tempo da monarquia. Efetivamente quase nada os distinguia, salvo os rótulos, que tinham apenas o valor de bandeiras de combate. Não seria de admirar se ocorresse aqui coisa comparável ao que se viu no Prata, onde um Rosas, clamando, embora, contra os *salvajes unitarios*, fazia obra eminentemente antifederal e tratava de sujeitar as províncias ao mando discricionário de Buenos Aires e aos interesses da aduana portenha. Serviu-se do lema “Federalção”, que alcançara, ao seu tempo, enorme ressonância popular, como outros se serviam do lema “Liberdade”, ainda mais prestigioso, ao mesmo passo em que procuravam consolidar em nome dele um poder positivamente ditatorial e despótico. Ninguém exprimiu com tanta franqueza essa atitude como aquele caudilho venezuelano que proclamava diante de um Congresso: “*Supuesto que toda revolución necesita bandera, ya que la Convención de Valencia no quisó bautizar su Constitución con el nombre de federal, invocamos nosotros la idea; porque si los contrarios, señores, hubieran dicho federación, nosotros hubríamos dicho centralismo*”. 11

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito

substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido. Assim, a ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como há quem o suponha simplesmente, a causa de nossa inadaptação a um regime legitimamente democrático, mas antes um sintoma dessa inadaptação. A confusão é fácil e freqüente; o relatório Simon acerca da Constituição Indiana de 1930 via no fato de não se formarem na Índia partidos regulares um dos empecilhos à democratização do país.

A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das fórmulas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo. Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma idéia nobre. Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil — como no resto da América Latina — mais do que o triunfo de um personalismo sobre outro.

É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.

Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo — ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo — conseguiu aboir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediana mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena República de Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia. A idéia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e prescindindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina.

É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro. O inextricável mecanismo político e eleitoral ocupa-se continuamente em velar-nos esse fato. Mas quando as leis acolhedoras do personalismo são resguardadas por uma tradição respeitável ou não foram postas em dúvida, ele aparece livre de disfarces. É notório que, no tempo da nossa monarquia, os jornais e o povo criticavam com muito mais asperza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo imperador.

Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.

Além disso, as idéias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado "cordialismo". A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda. É aqui que o nosso "homem cordial" encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal.

Se todavia não nos detivermos na configuração exterior da vida nacional, mas penetrarmos ainda e sobretudo as formas subjacentes,

só nos cumprirá confessar que se limita a essa coincidência o que há de comum entre as atitudes que tentamos aproximar. Com efeito, no liberalismo, a idéia da bondade natural do homem é simples argumento; seria ilusório supor que tal convicção repouse em alguma simpatia particular pelo gênero humano, considerado no conjunto ou em cada um dos seus indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despidida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas.

E o mais grave é que a própria coincidência notada entre os ideais que ele apregoa e o comportamento social que se tentou definir como tradicionalmente peculiar ao nosso povo é, no fundo, mais aparente do que real. Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: "A maior felicidade para o maior número". Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cor dialais. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário que na melhor das hipóteses ela predica é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na idéia de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, subordinando, assim, a qualidade à quantidade.

É claro que um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional.

Importa, de qualquer modo, relegar aos seus justos limites o domínio de certos princípios e fórmulas políticas. Aquelles pioneiros de nossa Independência e da República que em 1817 não desejava-

vam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora não reconhecessem o direito dessa situação, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais prudentes preferiam não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. Não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feita e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutorados do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.

É freqüente, aliás, o fato de aqueles que em política tratam de fazer obra puramente realista ou apenas oportunista, pretenderem agir, ao mesmo tempo, segundo critérios morais: alguns ficariam sinceramente escandalizados se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável pode ser praticamente ineficaz ou nociva. Não falam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática.

Essa atitude não é muito diversa da que, por outras razões, adotaram os "caudilhos esclarecidos" da Europa moderna. Não é impossível, pois, que o fascismo de tipo italiano, a despeito de sua apologia da violência, chegue a alcançar sucesso entre nós. Hoje os partidários do fascismo já descobrem seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais. Não há dúvida que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a de supostos fermentos de dissolução. O sistema que instituiu para sustentar a estrutura imposta com violência pretende compor-se dos elementos vitais de doutrinas que repele em muitos dos seus aspectos; nisso mesmo está um dos títulos de orgulho prediletos dos criadores do regime. Esse sistema lhes dá, aparentemente, a dignidade de um triunfo positivo sobre o liberalismo e também sobre as pretensões revolucionárias da esquerda.

Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma? Quem duvida que entre seus motivos direitos subsiste o intuito, algumas vezes confessado, aliás, de dar sentido e fundamento às reivindicações materiais que, em verdade, lhe servem de base? Não é preciso extraordinária argúcia para se per-

ceber que nesse subterfúgio repousa muito de sua energia. E efetivamente é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência.

Não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil fascista. Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. Na doutrinação dos nossos "integralistas", com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos. Deu-se com eles coisa semelhante ao que resultou do comunismo, que atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional. Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoerível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a "mentalidade anarquista" de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários.¹² No caso do fascismo, a variedade brasileira ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento. Com efeito, tudo faz esperar que o "integralismo" será, cada vez mais, uma doutrina acomodaticia, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer, do Poder Constituído. No plano teórico ele fica satisfeito com ser perfeitamente insignificante, por menos que o confesse. O que deseja no íntimo — e algumas vezes com desconcertante ostentação — é a chancela, o *niñil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias.

Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com

a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa ordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de res-
tar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sem-
pre íntato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer
ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâ-
neo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma
harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-
se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa
oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro so-
cial seja coerente consigo. Há uma única economia possível e supe-
rior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão
antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode ser-
vir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da
sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inse-
parável: emergem continuamente das suas necessidades específicas
e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pífido
e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas ver-
dades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do
que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que se-
jam das boas.

Posfácio

“RAÍZES DO BRASIL” E DEPOIS

Raízes do Brasil corresponde a uma fase especialíssima no per-
curso intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Este livro não é ape-
nas o primeiro de uma série de obras notáveis, nem seu interesse pro-
cede apenas de oferecer uma reflexão sociológica sobre a formação
brasileira, pois o exercício estava muito na moda ao tempo da sua
publicação, e digo moda sem nenhuma intenção pejorativa, já que
ela enriqueceu inegavelmente a cultura nacional. A singularidade de
Raízes do Brasil no conjunto da obra de Sérgio Buarque consiste para
mim em que o livro conduziu a uma ruptura que desembocará nos
grandes ensaios da maturidade do autor, como *Caminhos e fronteiri-
ras*, *Visão do paraíso* e *Do Império à República*. Graças a esta rup-
tura, que se pode datar do período 1936-1945 e que se conclui com
o aparecimento de *Mongões*, Sérgio Buarque abandonou o projeto
de interpretação sociológica do passado brasileiro em favor de uma
análise de cunho eminentemente histórico, em que soube, ademais,
evitar os escolhos do monografismo universitário ou meramente eru-
dito, que é muitas vezes seu incontestável preço.

No cerne desta mutação do sociólogo em historiador encontra-
se, suspeito, a consciência de uma antítese entre a explicação socio-
lógica e a explicação histórica e a opção por esta última. Na sua es-
tadia em Berlim, Sérgio Buarque, leitor voraz, travava conhecimento
com a sociologia alemã da época. Quem diz sociologia alemã da época
diz também epistemologia histórica. Pois desde Dilthey e Rickert,
os problemas do conhecimento histórico encontravam-se no centro
mesmo da reflexão sobre as ciências que hoje chamamos humanas
mas que então ainda se designavam por ciências do espírito, expres-
são com forte ranço psicologista entronizada pelo mesmo Dilthey,
que no início da sua aventura intelectual pensara achar na psicolo-
gia a base do novo saber, a razão histórica, cuja crítica, no sentido
kantiano da palavra, aspirou a elaborar em contraposição à razão